

Adusp

Of. ADUSP 025/14.

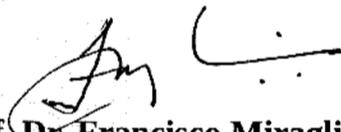
São Paulo, 31 de Julho de 2014.

Ilmo. Sr .
Professor Doutor
José Eduardo Krieger
Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo

Prezado Professor

Por deliberação da Assembleia da ADUSP-S.Sind. realizada em 28 de julho de 2014, encaminhamos em anexo carta aberta a esta Pró reitoria de Pesquisa.

Atenciosamente.



Prof. Dr. Francisco Miraglia
Secretário da ADUSP-S.Sind.

01714
CRISTIAN



**Carta Aberta ao Professor José Eduardo Krieger
Pró-Reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo**

Senhor professor,

Em 27 de junho de 2014 o senhor enviou à comunidade universitária uspiana mensagem eletrônica que reproduzia uma entrevista concedida por Simon Schwartzman à revista Época.

Da parte dos docentes, a imensa maioria dos destinatários de seu e-mail é constituída, como bem sabe, por doutores. Dentre eles há um grande número de pesquisadores com pós-doutorado, mormente realizado em instituições de prestígio internacional. Trata-se portanto de um corpo docente altamente qualificado, que sabe onde buscar informações confiáveis sobre os mais diversos temas, entre eles o relativo às políticas públicas para o ensino superior. E, quando o faz, o arquivo do semanário das Organizações Globo não será certamente a fonte preferencial para sua investigação. Tampouco um estudante de graduação encontraria aí os elementos necessários para formar uma opinião cientificamente abalizada. Por que, perguntamos, a Pró-Reitoria de Pesquisa, órgão que deveria zelar pela qualidade da investigação acadêmica, divulga um texto que prima pelo viés ideológico da mercantilização do ensino público, pela ofensa ao trabalho realizado numa de nossas unidades, além de pregar a ruptura do regime de dedicação integral e exclusiva, mola-mestra da pesquisa realizada na Universidade de São Paulo?

Na entrevista que o senhor difundiu, Simon Schwartzman advoga para as autoridades universitárias a “liberdade” para pagar o salário que quiser e para quem quiser, além de poder dispensar “quem não é tão talentoso assim.” Isonomia salarial, critérios uniformes e democráticos de seleção de quadros, estabilidade para que o pesquisador possa exercer suas atividades de modo autônomo e não sujeito a pressões externas, tudo isso é totalmente descartado na perspectiva do sociólogo que presidiu o IBGE no auge de seu desmonte, durante a década de 1990. Aliás, para um acadêmico com as credenciais que Schwartzman procura ostentar, não fica bem tratar os números de maneira tão leviana. Para a revista Época, diz ele textualmente que as universidades públicas paulistas recebem “quase 10% dos impostos arrecadados no Estado mais rico do país.” O senhor, professor, há de concordar que 9,57% não correspondem exatamente a “quase 10%”, sobretudo quando os quase 0,43% dessa diferença referem-se a um montante que orça pela casa dos bilhões. Na realidade, do total dos impostos arrecadados pelo Estado de São Paulo, USP, Unesp e Unicamp recebem cerca de 6,4%. Os “quase 10%” ficam por conta da ignorância ou da má fé do entrevistado.

Causa-nos perplexidade e consternação o fato de o senhor, além de endossar tamanha inépcia, acolher e divulgar a agressão gratuita e absolutamente despropositada que Schwartzman fez à EACH. A unidade, vítima do descaso e da ação criminoso de certos

Adusp

dirigentes universitários, é tratada na entrevista como equívoco a ser extirpado da USP. Na entrevista, o expert em privatização das universidades públicas diz que o campus da Zona Leste é “uma tentativa ruim de investir em ensino técnico.” Caro professor, pode o senhor imaginar o sentimento de nossos colegas docentes da EACH quando leram essa barbaridade que o senhor com toda pressa tratou de disseminar? Desde quando os cursos administrados na EACH reduzem-se a ensino técnico? Schwartzman fala daquilo que não sabe, e sua agressão, lamentavelmente, é reproduzida na USP pela autoridade que devia cuidar da reputação de suas unidades de ensino e pesquisa.

Para encerrar, gostaríamos de lembrá-lo de que o uso do correio eletrônico institucional é pautado por normas que o senhor tem o dever de observar. De acordo com a resolução 03 da Comissão Central de Informática da USP, aprovada em março de 2002, que dispõe sobre a difusão de e-mails para o quadro docente e funcional, “A mensagem deve ter interesse institucional e seu conteúdo ser relevante para grande parte do corpo docente e/ou dos funcionários não docentes” (Artigo 1º). Que interesse institucional reside na opinião desinformada e tendenciosa expressa na entrevista? Talvez tenha sido o afã de logo difundir o texto o motivo que levou a pró-reitoria a ignorar também a norma estabelecida pelo parágrafo 2 do artigo 7º da resolução: “Em todas as mensagens enviadas usando os arquivos referidos neste artigo, deverá haver um texto final indicando ao destinatário como ele poderá solicitar a retirada de seu nome da lista.” Portanto, além de alardear informação destituída de real interesse, o envio do e-mail incorreu no cerceamento da liberdade dos membros da comunidade uspiana para escolher e acolher tão somente as mensagens que julgam relevantes. Trata-se, como se vê, de flagrante abuso na utilização dos meios oficiais de comunicação da universidade.

Esperamos que o senhor e sua equipe passem doravante a prestar maior atenção aos reclamos da comunidade acadêmica por um real comprometimento da Pró-Reitoria de Pesquisa com a luta pela universidade pública e democrática.

Saudações universitárias,

**Docentes da USP reunidos em assembleia
São Paulo, 28 de julho de 2014**